

## POR FALAR EM SURUI...

*Renato da Silva Queiroz*

(Depto. de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo)

“Kamará punura”. Por que assim me chamavam os índios Suruí logo nos primeiros dias de minha permanência em sua aldeia? Pela maneira como eram pronunciadas, não pareciam palavras elogiosas à minha pessoa. “Cristão ruim”: talvez seja esta a sua tradução mais correta. Quando soube disto, lembrei-me imediatamente das lições de Antropologia, todas elas condenando os indígenas ao grau máximo de etnocentrismo — “a humanidade termina nas fronteiras da tribo”, garantia Lévi-Strauss. Tranquilei-me. Mas, não por muito tempo.

—Quem é “Kamará punura”?

—Você é.

Sempre a mesma resposta, porém ainda incompleta. Algum tempo depois, esta mesma expressão foi empregada para designar uma estranha categoria de “seres”:

—“Kamará punura” é o povo do mato.

—Que povo do mato?

—Terrorista.

As coisas começavam a ficar claras, e eu a me preocupar. Certa ocasião, em 1973, li num sanitário da Universidade uma inscrição que dizia “viva os guerrilheiros do Pará”. Não viveram. Em 1975, já tinham sido mortos, presos, derrotados. Mas os Suruí pareciam atemorizados com a hipótese de que houvesse alguns sobreviventes deste temido grupo. Vez ou outra, o senhor Mariano, funcionário braçal da FUNAI na aldeia, falava aos índios:

—Viram o Oswaldão atravessar lá pro lado do “Some-Home” (1).

E o temor crescia, contaminava a todos. Não se andava em paz pela floresta.

Como saber ao certo dos motivos que levaram os Suruí a se envolverem na "Guerra do Araguaia"? De qualquer forma, não se aliaram aos guerrilheiros. Este envolvimento só lhes trouxe prejuízos. A tensão que ainda dominava o grupo reforça essa opinião. Aliás, não tem sido outro o destino deste pequeno grupo indígena desde o início de seus contatos com a sociedade nacional.

Felizmente, entre as minhas coisas estava o livro de Roque de Barros Laraia e Roberto Da Matta, *Índios e Castanheiros*, um estudo sobre três sociedades indígenas do Pará (Gaviões, Suruí e Akuáwa-Asurini). Era preciso, urgentemente, fornecer aos Suruí uma explicação convincente dos propósitos de minha permanência em sua aldeia. Mostrei-lhes então o livro, onde descobriram também a reprodução de fotografias de alguns companheiros. Disse-lhes que iria escrever um livro igual àquele, com fotografias em suas páginas. Aceitaram minha explicações. Não me chamaram mais de "Kamará punura" a partir dessa data. Um deles encerrou a conversa:

—Eu andava com o Roque, eu lembro do Roque.

A chegada à aldeia já não tinha sido nada agradável. Levados por um helicóptero, eu e a prof<sup>a</sup> Lux Vidal fomos recebidos por um único índio, armado e nervoso. As mulheres e as crianças estavam escondidas. Os demais, encontravam-se em pontos diversos do território tribal. Kuimoá, nosso anfitrião, partiu à procura de Antônio Pereira Neto, chefe do PI Sororó na ocasião (2). Ficamos na companhia das mulheres e crianças. Enquanto aguardávamos pela presença de Antônio Pereira, um menino levou-nos para conhecer a roça mais próxima. Na volta, a prof<sup>a</sup> Lux Vidal conversou a sós com o chefe do posto, e o motivo de diálogo tão reservado não poderia ser outro: Antônio Pereira seria substituído na chefia do PI, acusado de apoiar ostensivamente os Suruí na disputa de terras com os fazendeiros.

Algumas horas mais tarde, o helicóptero retornou para apanhar a prof<sup>a</sup> Lux Vidal. Com sua partida, aumentou a minha insegurança. Eu deveria realizar um levantamento das condições de vida dos Suruí, apontar os problemas que os afligiam, formular sugestões que orientassem a elaboração de um plano de desenvolvimento comunitário adequado ao grupo (3). Difícil missão para um antropólogo inexperiente. Não me parecia agora tão irônica e chocante a frase atribuída a *sir* James Frazer, aquele que quando indagado se já havia estado junto aos povos sobre os quais escrevera tantas páginas, teria assim respondido: "Deus me livre!"

Os Suruí são hoje bilíngües: falam o português mas preservam o dialeto Tupi de seus antepassados. Estão localizados na região do médio Tocantins, a 120 km da cidade de Marabá, no Estado do Pará. Foram pacificados em 1953, por iniciativa de frei Gil Gomes, missionário dominicano. No entanto, até 1960 permaneceram relativamente isolados e

arredios. Com a intensificação do convívio com os brancos, diversas epidemias de gripe, sarampo e varíola ceifaram a vida de muitos deles (4). Dos 100 índios contados em 1953, restavam apenas 40 em 1960. Assim Laraia descreveu a situação em que encontrou a tribo:

“Um ano antes de minha primeira estada, em 1960, uma epidemia de gripe tinha aniquilado 2/3 da população Suruí. O que poderiam, então, esperar os desalentados 14 homens, sete mulheres e 19 crianças, atemorizados pela iminência de verem suas terras tomadas pelo avanço cada vez mais intenso da frente de expansão<sup>4</sup> da sociedade regional? Muitas vezes surpreendi Kuarikuara, o jovem ‘moroubixawa’, que um ano antes herdava de seu pai uma tribo composta de perplexos sobreviventes, chorando baixinho em sua rede e ele me explicava, então, que tinha medo” (Laraia e Da Matta, 1978:10).

Este processo de depopulação produziu profundas alterações na organização sócio-política da sociedade Suruí. A escassez de mulheres levou os Suruí a adotarem, transitoriamente, “arranjos poliândricos”, contrariando de forma radical o ideal polígino do grupo (cf. Laraia, 1963). A chefia, monopólio hereditário de um único clã (Koati), passou a ser exercida por um membro de clã Karajá, pois

“em 1962 uma epidemia de varíola atingiu a tribo, matando sete índios, entre eles Kuarikuara e seus dois irmãos, Sarakoa e Koati. O clã Koati ficou, então, reduzido a quatro crianças” (Laraia e Da Matta, 1978:10).

Em 1975, contrariando as previsões pessimistas de Laraia (como ele mesmo reconhece no prefácio à 2ª edição de *Índios e Castanheiros*), o grupo havia crescido. Cem pessoas em 1953; apenas 40 sobreviventes em 1960. Já em 1969, Vieira Filho contou 42 índios (5). Subiu para 64 o total da população em 1975, segundo o censo que realizei durante a pesquisa. No ano seguinte, Antônio Pereira Neto visitou a aldeia e contou 75 pessoas (cf. Laraia e Da Matta, 1978:11).

Decorrido algum tempo desde a minha chegada à aldeia, ocorreu a esperada substituição: Antônio Pereira Neto transmitiu a chefia do PI, cedendo seu lugar a Mário Barbosa dos Santos, o novo chefe. A situação ficou ainda mais tensa. Enquanto aguardava o momento de ser substituído, Antônio Pereira demonstrava muito nervosismo e profundo descontentamento. Os Suruí pareciam reagir da mesma forma, e eu mesmo me sentia cada vez mais apreensivo. Para minha surpresa, Mário Barbosa revelou-se inseguro e desorientado. Certa manhã, já em São Paulo, via no jornal a notícia de sua expulsão da aldeia, só que desta vez provocada não pela FUNAI, mas por iniciativa dos próprios índios (6).

Naquela oportunidade, dois problemas preocupavam os índios: a disputa territorial e o trabalho de coleta da castanha. Com o território ameaçado, os Suruí estavam próximos de uma ação violenta, e alguns homens, mais exaltados, já me haviam dito que matariam um branco invasor a qualquer momento. A disputa era dupla: pela posse de extensões de terra sobre as quais os Suruí afirmavam seu direito imemorial — a terra dos antepassados, onde existiam vestígios de antigas aldeias; e pelos pontos ricos em castanhêiras, espalhados por amplas porções do território, percorrido e explorado tanto pelos índios quanto pelos fazendeiros.

Ao que tudo indica, frei Gil Gomes, apesar de sua boa intenção e da dedicação que devotou aos Suruí, acabou cometendo dois equívocos durante o período em que zelou pelo bem-estar dos mesmos. Arrendou parte do território tribal a exploradores de castanha, permitindo assim que os beneficiários dessas concessões permanecessem na posse das terras ocupadas e delas não mais saíssem, para prejuízo e revolta dos índios (7). Mais tarde, levou para São Paulo e Minas Gerais crianças órfãs de tribo, talvez por falta de chances de sobrevivência entre os seus, justamente no período mais desfavorável dos contatos com os brancos. Acontece que estas crianças, alguns anos depois, retornaram à aldeia, por determinação do mesmo frei Gil, transformando-se uma delas num caso típico de marginalidade. Trata-se de Tibakou, que se encontrava em situação difícil na aldeia, dividido entre o mundo dos brancos que o adotara temporariamente e o mundo do qual havia sido retirado e que relutava em aceitá-lo de novo (8).

Com o afastamento de frei Gil do comando do grupo, a FUNAI implantou na aldeia um posto indígena (PI Sororó) e, imediatamente, colocou os Suruí no trabalho da coleta da castanha (9). Durante a safra da castanha, que se estende geralmente pelos meses de dezembro a abril, os Suruí se dispersam, dirigindo-se em pequenos grupos (2 ou 3 famílias ou homens solteiros) para as “colocações” na floresta (10). Nesta época, a aldeia fica vazia, triste e solitária. A FUNAI, através do chefe do PI, contrata alguns regionais para a execução dos serviços que antecedem a coleta propriamente dita: limpeza de caminhos, abertura de picadas, construção de mata-burros, etc. Trabalhadores regionais são também empregados na coleta e no transporte da castanha. Quando chega à aldeia, a castanha é lavada, medida e armazenada, aguardando o momento de ser transportada até Marabá e Belém. Os que se encarregam do transporte dentro da área indígena são os “tropeiros”, regionais que possuem burros, no lombo dos quais a castanha é levada das colocações até a aldeia. Índios e regionais são “aviados” pelo PI, isto é, recebem mantimentos antecipadamente — arroz, açúcar, cartuchos, sal, fumo, etc. Finda a safra, o chefe do PI procede à contabilização, verificando o montante da dívida contraída e o valor da produção obtida de cada trabalhador (índio ou regional). Quando há “saldo”, remunera os regionais em moeda corrente. Os índios são pagos com mercadorias que eles mesmos escolhem, compradas em Marabá pelo chefe do PI (11). Ao longo da safra

da castanha as chuvas são abundantes, os alimentos escassos, as doenças se multiplicam.

A situação dos brancos fixados nas imediações da aldeia era bem mais precária do que a dos Suruí. Isolados, doentios, esquecidos no interior da floresta, estes regionais e suas famílias faziam-me pensar, por confronto, em quão rica deveria ser a vida no interior dos nosso bairros rurais, organizados, segundo Antonio Candido, a partir de padrões mínimos de sociabilidade e solidariedade. Certa tarde chegaram à aldeia duas dessas famílias. Pediram aos índios uma porção de farinha de mandioca, no que foram prontamente atendidas. Queixaram-se também da doença de uma criança, pálida e febril. Para meu espanto, o próprio Assaí, tido como “shamã” do grupo, foi até a farmácia do PI e voltou com um vidro de remédio, dizendo ao pai da menina como deveria ser ingerido o medicamento. Aconselhou ainda a aplicação de uma injeção no combate à gripe. Os Suruí conviviam harmonicamente com estes pobres coitados. Sabiam distinguir muito bem entre os fazendeiros e seus capangas, destinando-lhes um tratamento duro e implacável, e seus vizinhos miseráveis, sempre acolhidos com gentileza e generosidade.

Como explicar a sobrevivência desta pequena sociedade indígena, após todos estes anos de sofrimento conspirando a favor de sua extinção? Afinal, a história da maior parte de nossa população indígena é o relato da trajetória sem retorno que a tem conduzido ao não-ser, à negação de sua existência. A resistência obstinada dos Suruí encontrou apoio sólido na atuação de várias pessoas: frei Gil Gomes, prof. Roque de Barros Laraia, Dr. João Paulo Botelho Vieira Filho, prof<sup>a</sup> Lux Vidal, Antônio Pereira Neto, e muitos outros “cristãos” anônimos. Cada um à sua maneira, empunhando diferentes armas — a denuncia através do relato escrito, o envio de dinheiro e de medicamentos, a assistência médica e o programa de vacinações, a execução de uma política indigenista corajosa e sensata — prestaram-lhes todos valioso auxílio.

Mas, foi no interior de sua própria sociedade que os Suruí encontraram forças para a luta. Registro aqui duas situações que ilustram esta convicção. Uma é tragicômica, e me foi contada por Antônio Pereira Neto: um dia, no auge dos conflitos com os brancos pela posse da terra, Arekachou, valente Suruí, pintou-se e dirigiu-se despido até o local onde estavam os invasores. Outros índios acompanharam-no. Quando viram os brancos, Arekachou passou a falar em Tupi, gritando e gesticulando muito. Os outros índios “traduziam” o seu discurso:

—Ele é índio bravo, e tem muito índio bravo no mato. Ele é nosso irmão, e está dizendo que vai trazer muito índio bravo pra matar os “kamará” que estão na nossa terra.

A encenação produziu os efeitos esperados: os invasores abandonaram rapidamente o local, temendo uma represália dos “irmãos bravos do mato”.

Por várias noites os Suruí reuniram-se para recordar, alegremente, o acontecimento.

A outra situação diz respeito ao nascimento do filho de Ukaká e Wassakuai. Ao longo de toda uma noite, Wassakuai permaneceu em trabalho de parto. Todos pareciam temer pela sorte da mãe e do filho. No princípio da manhã nasceu, finalmente, a criança, e os Suruí fizeram enorme algazarra de contentamento. Ouviam-se tiros, gritos e conversas por toda a aldeia. O pai da criança dizia:

—É macho, é macho! É mais um, é mais um!

Mas, como, se era o seu primeiro filho?! Aí pensei comigo mesmo:

—É mais um Suruí, é mais um Suruí!

#### NOTAS

1) "Some-Home" é um local próximo à aldeia Suruí. Segundo me informaram os regionais, era o lugar adequado para as tocaias em que se matavam os castanheiros que decidiam deixar o "emprego", quando conseguiam saldo, ou quando estavam muito endividados com o patrão. Depois de mortos, tirava-se o "couro" de seus rostos, para que não fossem identificados. "Ali naquele lugar sumiu muito homem", diziam os regionais. Já o Oswaldão, era o líder guerrilheiro mais procurado pelas forças da repressão.

2) Posto Indígena Sororó, como é conhecido na FUNAI, pois é o posto localizado às margens do rio Sororó, afluente do Tocantins, na aldeia Suruí.

3) Em 1975, foram realizados trabalhos semelhantes entre os Gaviões (por Iara Ferraz) e junto aos Parakanã (Por Antônio Carlos Santos).

Todos visavam o mesmo objetivo: melhorar as condições de vida deste três grupos através da formulação, para cada um deles, de um projeto específico de desenvolvimento, proposta que partiu inicialmente da própria FUNAI, entidade que financiou parte de nossa viagem.

4) Frente composta na época de castanheiros e caçadores de pele.

5) Vieira Filho, 1970:184.

6) Ver matéria publicada em *O Estado de S. Paulo*, de 12 de abril de 1975, p. 12 com o título "Funcionário da FUNAI no Pará expulso pelos índios".

7) Um dos fazendeiros em litígio com os Suruí justificou-se dizendo que os índios dispõem de muita terra e são preguiçosos e improdutivos. Para ele, todos os índios brasileiros deveriam ser reunidos num único local.

8) O depoimento de Tibakou foi por mim gravado e, posteriormente, publicado. Ver Queiroz, 1976.

9) As informações a respeito da coleta da castanha baseiam-se nas observações que realizei durante permanência entre os Suruí, nos meses de janeiro e fevereiro de 1975. Não posso garantir que os procedimentos adotados na época sejam os mesmos de hoje.

10) A "colocação" é o conjunto de castanheiras, também chamado de jardim, delimitado por marcos naturais, possuindo geralmente uma denominação.

Ver *Silva*, 1973:10.

11) Somente os homens coletam castanhas, subordinando-se ao chamado "sistema do barracão", adotado antigamente apenas pelos brancos.

BIBLIOGRAFIA

LARAIA, Roque de Barros e DA MATTA, Roberto

1978 *Índios e Castanheiros: a empresa extrativa e os índios do médio Tocantins*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra (1ª ed. DIFEL, 1967).

LARAIA, Roque de Barros

1963 "Arranjos Poliândricos na sociedade Suruí". *Revista do Museu Paulista*. N.S., vol. XIV, São Paulo.

QUEIROZ, Renato da Silva

1976 "O depoimento de Tibakou: as experiências de vida de um índio Suruí". *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros da USP*. nº 18, São Paulo.

SILVA, Darcy da

1973 "A castanha do Pará como fator inicial de desenvolvimento de Marabá". *Geografia Econômica*. USP, Instituto de Geografia, São Paulo.

VIEIRA FILHO, João Paulo Botelho

1970 "Vacinação dos índios Suruí contra o Sarampo". *Revista da Associação Médica Brasileira*. vol. 16, nº 6, São Paulo.